

# Cúpula da PM começa a ser julgada pelo 8 de janeiro

Ana Maria Campos

Começa nesta sexta-feira (28/11) o julgamento dos oficiais da cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal que estavam em atuação durante a ocupação e depredação dos prédios da Praça dos Três Poderes, no 8 de janeiro de 2023. A denúncia da Procuradoria-geral da República será julgada em plenário virtual até a próxima sexta-feira (05/12) pelos ministros que compõem a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), sob a relatoria do ministro Alexandre de Moraes.

São alvos da denúncia os coronéis Fábio Augusto Vieira (foto), então comandante-geral da PMDF, Klepter Rosa Gonçalves, então subcomandante-geral da PMDF, Jorge Eduardo Barreto Naime, ex-chefe do Departamento de Operações, Paulo José Ferreira de Sousa Bezerra, Marcelo Casimiro Vasconcelos, além do major Flávio Silvestre de Alencar e do tenente Rafael Pereira Martins.

Os policiais militares foram denunciados por crimes de descumprimento dos deveres de efetuar policiamento ostensivo e de preservar a ordem pública, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado contra o patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado.

Naquele dia, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro desceram a pé o Eixo Monumental, na Esplanada dos Ministérios, e invadiram os prédios da República — Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal — insatisfeitos com o resultado das urnas. Vidros, móveis, equipamentos e obras de arte foram depredados, num movimento em Brasília que ficará registrado na história. A atuação da Polícia Militar foi criticado por não conter a atitude da multidão, levantando suspeitas de conivência com os atos antidemocráticos.

Secretário de Segurança do DF à época, o delegado Anderson Torres foi condenado por esse dia e por sua atuação em favor da trama golpista quando esteve à frente do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Ele vai cumprir pena de 24 anos em regime inicialmente fechado e foi levado para o 19º Batalhão da Polícia Militar (BPM), no Complexo Penitenciário da Papuda. O local, reservado a militares que cumprem pena ou estão em prisão preventiva, é conhecido como Papudinha.

AFP



Força Nacional confronta vândalos durante ataque extremistas à Praça dos Três Poderes

Relator da CPI dos Atos Antidemocráticos realizada na Câmara Legislativa em 2023, o deputado distrital Hermeto (MDB) sustenta que os militares erraram, mas não agiram com dolo. “Foi um problema de planejamento. Eles subestimaram a força da manifestação nas ruas e aconteceu a invasão”, afirma Hermeto que também é oriundo da Polícia Militar do DF.

Interventor da segurança pública do Distrito Federal após a crise do 8 de janeiro, Ricardo Cappelli — então secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na gestão de Flávio Dino — também eximiu o então comandante-geral da PM, Fábio Augusto Vieira, de ter incentivado o caos ocorrido na Praça dos Três Poderes. O coronel estava na rua, tentou conter os vândalos e até apanhou.

Mas o entendimento do procurador-geral da República, Paulo Gonet, nas alegações finais do processo, foi diferente. Ele pediu a condenação dos sete oficiais por omissão na Praça dos Três Poderes. Além da condenação, Gonet defende que seja decretada a perda dos cargos ou funções eventualmente

ocupados pelos denunciados.

Na denúncia, recebida em fevereiro de 2024, a Procuradoria-Geral da República afirma que o emprego de efetivo policial insuficiente e a ausência de providências que poderiam ter impedido a invasão criaram as condições para que a Polícia Militar perdesse o controle da multidão.

Como a Primeira Turma do STF está desfalcada de um ministro, já que Luiz Fux foi transferido a pedido para a Segunda Turma, os réus têm uma ligeira vantagem. Se houver empate entre os quatro ministros, Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin, os denunciados são absolvidos. Mas nem mesmo os advogados acreditam nessa possibilidade.

Diante do rigor e da unidade com os ministros da Primeira Turma têm julgado os casos relacionados aos atos antidemocráticos, muitos acreditam que a pena dos oficiais da PMDF deve ser superior a 20 anos.

Os advogados queriam um julgamento em sessão presencial, para que pudessem apresentar com contundência suas sustentações orais. Mas o pedido foi indeferido.

Os denunciados alegam inocência, dizem que tentaram evitar as invasões, mas não obtiveram sucesso na atuação.

Os ministros da Primeira Turma têm uma semana para apresentarem seus votos. Como tem ocorrido em todos os julgamentos da trama golpista, a expectativa de quem acompanha os processos é de condenação, com pena superior a 20 anos

Os militares permaneceram presos preventivamente durante meses no 19º Batalhão da Polícia Militar do DF no Complexo Penitenciário da Papuda, conhecido como Papudinha, onde o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública e ex-secretário de Segurança Pública do DF, Anderson Torres, começou a cumprir a pena de 24 anos de prisão em regime inicialmente fechado.

O advogado Thiago Turbay, que representa o coronel Fábio Augusto Vieira, fez pedidos para que o julgamento fosse em formato presencial para que tivesse a chance de uma sustentação oral olho no olho dos ministros. Mas o pedido foi negado. “O Coronel Fábio é inocente. Um homem inocente pode ser condenado”, sustenta.